

**O CONSENSO DE SIEM REAP
sobre
O MARCO INTERNACIONAL PARA
A EFICÁCIA DA CONTRIBUIÇÃO DAS OSCS AO DESENVOLVIMENTO**

**APROVADO PELA SEGUNDA ASSEMBLEIA MUNDIAL
DO FÓRUM ABERTO SOBRE A EFICÁCIA DA CONTRIBUIÇÃO
DAS OSCs AO DESENVOLVIMENTO**

SIEM REAP, CAMBOJA, 28 – 30 DE JUNHO DE 2011

Tradução para o português realizada
pela Abong em outubro de 2011
Abong – Associação Brasileira de
Organizações Não Governamentais
Rua General Jardim, 660 - 7º andar
Vila Buarque CEP 01223-010
São Paulo - SP
Fone/Fax: 55 11 3237-2122
abong@abong.org.br
www.abong.org.br

1º CAPÍTULO: INTRODUÇÃO

Compromisso em fortalecer a eficácia da contribuição da sociedade civil ao desenvolvimento...

Milhões de organizações da sociedade civil (OSCs) ao redor do mundo contribuem de maneira singular e essencial para o desenvolvimento no papel de agentes inovadores para a mudança e a transformação social. Essas contribuições remontam de longa data: as OSCs apóiam comunidades de base comprometidas com suas próprias iniciativas para o desenvolvimento; financiam e participam ativamente de ações para o desenvolvimento; promovem conhecimento e inovação em relacionados ao desenvolvimento; trabalham para a conscientização mundial e a solidariedade entre os povos para além das fronteiras nacionais; e realizam ações de incidência política e buscam políticas de diálogo inclusivas com governos e financiadores em prol do trabalho mútuo pelo desenvolvimento.

Reconhecendo tanto suas contribuições como fraquezas e desafios enquanto atores do desenvolvimento, as OSCs reafirmaram seu compromisso de realizar ações de aprimoramento e se de responsabilizar pelas suas práticas de desenvolvimento. O Fórum Aberto sobre a Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento, um processo mundial e totalmente participativo conduzido pelas próprias OSCs, estabeleceu a visão e os princípios básicos que definem e norteiam suas práticas para o desenvolvimento.

Em setembro de 2010, mais de 170 representantes de OSCs de 82 países se reuniram em Istambul, na Turquia, para discutir e aprovar unanimemente os *Princípios de Istambul para a Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento* (Anexo 1). Os Princípios de Istambul são resultado de consultas minuciosas realizadas com milhares de OSCs em mais de 70 países e de diversos setores.

Os oito Princípios de Istambul levam em consideração a diversidade de visões, missões, abordagens, relações e impactos das OSCs e suas ações para o desenvolvimento. Devido à diversidade e à amplitude geográfica das OSCs, os Princípios de Istambul devem ser adotados de maneiras significativas, mas distintas, por cada OSC de modo a adequá-los ao contexto local ou do setor.

Os Princípios de Istambul são base para o *Marco Internacional para a Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento*, aprovado em junho de 2011, durante a Segunda Assembleia Mundial em Siem Reap, Camboja. O Marco é uma espécie de guia para as OSCs

de como interpretar Princípios de Istambul e com eles alinhar suas ações, conforme as diversas realidades locais e setoriais. Com o “Guia para a Implantação dos Princípios de Istambul”, que contém orientações e indicadores mais aprofundados, os atores das OSCs poderão adaptar o Marco e trabalhar com ele de acordo com o contexto organizacional e a realidade de seus programas.

As OSCs, enquanto atores do desenvolvimento, são diretamente influenciadas pelo contexto em que trabalham. As políticas e práticas de todos os governos - inclusive para as que estão no papel de financiadores - exercem influência e determinam as capacidades das OSCs de desenvolver ações para o desenvolvimento. Portanto, colocar os Princípios de Istambul em prática no trabalho das OSCs depende fortemente da harmonização de políticas, leis e códigos governamentais com os Princípios.

No Fórum de Alto Nível de Acra, em 2008, os governos se comprometeram a “trabalhar com as OSCs para oferecer um ambiente favorável que potencialize suas contribuições ao desenvolvimento”. Desde então, muitas OSCs, tanto de países doadores quanto de países em desenvolvimento, têm vivido uma realidade oposta: condições progressivamente menos favoráveis para a realização de seu trabalho. O Fórum Aberto, portanto, acolhe e incentiva o trabalho que a Equipe Multilateral sobre a Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento realizou na questão do Ambiente Favorável e as descobertas-chave para o 4º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, pois se tratam de contribuições positivas a partir das quais se pode construir e fortalecer condições favoráveis às OSCs.

O Marco Internacional para a Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento constitui a base para OSCs trabalharem e colaborarem com todos os atores do desenvolvimento, por meio da Plataforma BetterAid, com o intuito de atingir as metas do 4º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, em Busan (HLF-4).

O Marco cria uma nova oportunidade para OSCs, governos de países de desenvolvimento, financiadores e outros atores da ajuda de colaborarem e criarem sinergias uns com os outros para apoiar os povos na busca pelo desenvolvimento e na demanda de seus direitos. As OSCs pedem que todos os governos participantes do HLF-4 reconheçam os resultados do processo do Fórum Aberto e adotem os Princípios de Istambul como base essencial para a elaboração de suas políticas de mobilização e apoio à sociedade civil na questão do desenvolvimento.

Entender o que é desenvolvimento contribui para sua eficácia...

A eficácia da contribuição das OSCs ao desenvolvimento se refere ao impacto das suas ações de desenvolvimento, que serão eficazes se trouxerem mudanças sustentáveis que enfrentem

as causas e os sintomas da pobreza, da desigualdade e da marginalização. Para as OSCs, a eficácia do desenvolvimento está ligada a processos sociais e humanos diversos que incluam e dêem forças aos povos em situação de pobreza e às populações discriminadas e marginalizadas. As OSCs não seguem um único modelo de desenvolvimento e trabalham com os povos e organizações, dando-lhes autonomia para decidir como irão se desenvolver. Para as OSCs, a eficácia do desenvolvimento requer uma visão aberta às diversas alternativas de desenvolvimento, que são cada vez mais norteadas pelos direitos humanos, pela sustentabilidade ambiental (os limites da Terra) e pelo conceito indígena do bem-viver

Pessoas em situação de pobreza e populações marginalizadas não têm acesso igual aos recursos do desenvolvimento. Essa desigualdade permanece não apenas por causa de capacidades e recursos financeiros limitados, mas também por causa da concentração socioeconômica e do poder político, além das barreiras impostas à igualdade de gênero e aos direitos das minorias. Portanto, para que a ação das OSCs para o desenvolvimento seja eficaz, é necessário que elas se posicionem e tomem partido. É necessário que se comprometam diretamente com as populações que vivem em situação de pobreza sem vê-las como vítimas, mas como atores e defensores políticos do desenvolvimento de pleno direito.

O que são organizações da sociedade civil?

Uma OSC pode ser definida como toda organização não-mercantil e não-estatal na qual as pessoas se organizam em prol de interesses comuns no âmbito político. Sua variedade é grande e inclui organizações com membros, de base e OSCs com trabalho voltado para serviços. Por exemplo, existem OSCs que são organizações de base e comunitárias de alcance local, grupos ambientalistas, grupos pelos direitos das mulheres, associações de agricultores, organizações religiosas, sindicatos, cooperativas, associações profissionais, câmaras de comércio, institutos independentes de pesquisa e meios de comunicação sem-fins lucrativos.

A diversidade de papéis que as OSCs assumem enquanto atores é reflexo da sua visão de desenvolvimento, posto em evidência também pelo fato de muitas das OSCs que atuam nessa esfera não serem atores da ajuda (ver Anexo 2 para um resumo do papel das OSCs no desenvolvimento). Cada vez mais, as OSCs têm trabalhado pelos direitos humanos das populações afetadas em vez de adotarem uma visão voltada para a caridade que, muitas vezes, é determinada conforme necessidades e desejos estabelecidos externamente.

2º CAPÍTULO: OS PRINCÍPIOS DE ISTAMBUL PARA A EFICÁCIA DA CONTRIBUIÇÃO DAS OSCs AO DESENVOLVIMENTO

Introdução...

As organizações da sociedade civil são um componente dinâmico e essencial da vida democrática de países por todo o mundo. Enquanto organizações autônomas e voluntárias, elas se esforçam para serem organizações eficazes e responsáveis. As OSCs também têm sido amplamente reconhecidas como atores diferenciados e independentes, cujo objetivo é ajudar populações pobres e marginalizadas no processo de desenvolvimento. As OSCs são catalisadores da mudança social cujos parceiros compartilham dos mesmos interesses e valores.

As OSCs são expressão da diversidade e inovação nas práticas de desenvolvimento. Trazem um universo rico e variado de valores, objetivos e meios de mobilização popular, além de conhecimento, estruturas, interesses e recursos particulares a cada setor.

O desenvolvimento é um processo social e político no qual a participação e a mobilização da população na demanda pelos seus direitos são tão importantes quanto os resultados obtidos. As OSCs são, conseqüentemente, protagonistas políticas da mudança no âmbito do desenvolvimento, defensoras e fornecedoras de bens públicos.

O que são os Princípios para a Eficácia da contribuição das OSCs ao Desenvolvimento?

Os Princípios para a Eficácia da contribuição das OSCs ao Desenvolvimento são uma série de valores e qualidades que devem nortear as relações organizacionais, políticas e socioeconômicas de uma OSC. São referências universais para as atividades de desenvolvimento de uma OSC que enfatizam o impacto dessas ações sobre os direitos das populações marginalizadas e em situação de pobreza. Dada a sua diversidade, a eficácia das OSCs ao desenvolvimento é altamente dependente do contexto: sua pertinência em locais, setores, governança e relações de desenvolvimento específicas.

As OSCs são, conseqüentemente, protagonistas políticas da mudança no âmbito do desenvolvimento, defensoras e fornecedoras de bens públicos. As OSCs colaboram e realizam parcerias com comunidades, entres si e com diversos atores do desenvolvimento para somar aos esforços realizados por governos de países em desenvolvimento e financiadores em diversos níveis.

As OSCs são estreitamente ligadas, muitas vezes de maneira única, com processos locais, mas também buscam mudanças nacionais e mundiais. Porém, diferentemente dos partidos políticos, organizações populares e movimentos sociais - que podem aspirar exercer influência sobre o desenvolvimento por meio da obtenção de poder político formal - as OSCs são, em sua maioria, atores políticos autônomos e apartidários que atuam na esfera social e representam sua própria visão. No entanto, em muitos países, como é o caso das Filipinas, as OSCs também podem se associar diretamente ao sistema parlamentar.

As ações das OSCs para o desenvolvimento também se diferenciam pelo compromisso com processos pacíficos. As OSCs buscam maximizar resultados positivos seguindo o princípio do “não causar dano”, considerando a ampla gama de impactos que possam resultar de suas ações de desenvolvimento. As OSCs são canais de solidariedade social, de serviço e de mobilização que permitem povos a melhor exigir seus direitos e melhorar sua condição de vida. As OSCs enriquecem o debate público com conhecimento e inovação; são doadores que encontram e ampliam recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento.

As OSCs colaboram e podem coordenar esforços com governos para buscar resultados que estejam de acordo com as normas internacionais de direitos humanos. Essas normas dão prioridade a situações de discriminação, desempoderamento, pobreza e desigualdade. Em muitos países, As OSCs têm papel importante na mobilização de cidadãos, na defesa da lei e no combate ao desvio de dinheiro público. Como expressão voluntária da ação cidadã, as OSCs são indicadores de um desenvolvimento democrático e inclusivo.

As características das OSCs enquanto atores diferenciados, independentes e autônomos do desenvolvimento (sua natureza voluntária, diversa, apartidária, não-violenta, de colaboração à mudança, que articulam o processo de desenvolvimento aos resultados efeitos) permearam todas as consultas do Fórum Aberto. Os Princípios de Istambul, apresentados neste Marco, não são algo novo. São a expressão consensual de décadas de experiência de milhares de OSCs envolvidas no processo do Fórum Aberto e suas consultas. Sendo assim, os Princípios de Istambul refletem o trabalho e as práticas das OSCs em situações de paz e de conflito, em diferentes áreas de trabalho desde a base até a política de incidência e dentro de um continuum que vai da ajuda humanitária em situações de emergência até o desenvolvimento em longo-prazo.

Apesar de os Princípios de Istambul ser um consenso no que diz respeito aos valores essenciais que animam a prática das OSCs, eles não conseguem abarcar a grande diversidade de números, lugares, objetivos e desafios que enfrentam milhares de OSCs em suas atividades de desenvolvimento. Os Princípios de Istambul devem ser interpretados e postos em prática localmente, conforme o contexto organizacional da OSC e do país em que ela se encontra.

O objetivo dos Princípios de Istambul não é duplicar ou substituir os diversos princípios e marcos de prestação de contas já estabelecidos nos países ou específicos a um setor de atuação. Ao contrário, a implantação dos Princípios de Istambul é um meio de estimular a reflexão estruturada, o melhor entendimento e a prestação de contas para aprimorar a eficácia da ajuda das OSCs ao desenvolvimento. Esse é objetivo das sugestões feitas para cada princípio neste Marco, que vem acompanhado do material: “Guia para a Implantação dos Princípios de Istambul”.

Os Princípios de Istambul: Sugestões para a prática das OSCs de desenvolvimento...

1. Respeitar e promover os direitos humanos e a justiça social

AS OCSs são eficazes enquanto atores de desenvolvimento quando... desenvolvem e implantam estratégias, atividades e práticas que promovem os direitos individuais e coletivos, como o direito ao desenvolvimento digno, trabalho decente, justiça social e igualdade para todos os povos.

Um trabalho que aborda o desenvolvimento com base nos direitos humanos tem sido adotado e implantado por muitas OSCs, que estão empoderando pessoas a encontrar sua voz e garantir seus direitos por meio de abordagens holísticas, que incluem a responsabilização dos governos pelo respeito, proteção e o cumprimento dos direitos humanos. Essas abordagens contemplam as causas sistêmicas da pobreza, como a desigualdade, a vulnerabilidade, a exclusão e a discriminação de todo tipo. As OCSs se baseiam em acordos importantes sobre direitos políticos e civis, econômicos, sociais e culturais e nos normas internacionais dos direitos humanos do sistema de direitos humanos da ONU, incluindo a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a Declaração dos Direitos da Criança, Convenções da Organização Internacional do Trabalho, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) e acordos celebrados regionalmente.

Orientação

a) Implementar abordagens de desenvolvimento que tenham base nos direitos humanos em todos os aspectos da incidência política, análise programática, elaboração, implantação e avaliação, com mecanismos de participação, treinamento e fortalecimento das capacidades, além de política de diálogo inclusiva para obrigas os governos a prestarem contas.

b) Proteger, apoiar e operacionalizar os direitos das populações afetadas e empoderar as mulheres, que são frequentemente excluídas, para que participem da elaboração, implantação e avaliação das atividades de desenvolvimento realizadas pelas OSCs em nível nacional.

c) Empoderar e melhorar as capacidades das comunidades afetadas para que participem do diálogo político multilateral, buscando e incentivando processos políticos inclusivos junto ao governo, doadores e outros atores do desenvolvimento, com base nas leis e normas internacionais dos direitos humanos.

d) Implantar abordagens que permitam o consentimento prévio, livre e esclarecido por parte das comunidades e partes afetadas. Informar as populações em situação de vulnerabilidade sobre seus direitos e recursos legais existentes.

e) Estabelecer indicadores que meçam a eficácia do desenvolvimento em relação às normas internacionais de direitos humanos, incluindo igualdade de gênero, direitos da criança, acessibilidade, trabalho digno, e meios de vida sustentáveis.

2. Incorporar a igualdade de gênero ao promover os direitos das mulheres e meninas

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... na promoção e prática da cooperação para o desenvolvimento incluem a igualdade de gênero, refletindo as preocupações e experiência das mulheres e apoiando seus esforços de tomada de consciência de seus direitos individuais e coletivos para que participem ativamente do processo de desenvolvimento.

A igualdade de gênero, obtida por meio da abordagem das relações desiguais de poder e pleno exercício dos direitos de mulheres e meninas – em todas as dimensões –, é essencial para a obtenção de efeitos sustentáveis no âmbito do desenvolvimento. A vulnerabilidade e a marginalização de mulheres e meninas são perpetuadas por meio de diversas formas de discriminação, incluindo a discriminação econômica, as práticas tradicionais prejudiciais, a exploração sexual e a violência de gênero. O empoderamento das mulheres, por meio da igualdade de gênero, promove o igual acesso de mulheres e meninas a oportunidades, recursos e poder decisório em todos os níveis. Considerando que as mulheres não são uma categoria homogênea, as OSCs enfatizam a necessidade de abordagens diversificadas para a promoção do empoderamento, da segurança e do bem-estar das mulheres, principalmente para os grupos marginalizados e em situação de desvantagem. As OSCs também reconhecem que os homens e meninos são parceiros essenciais e devem estar totalmente comprometidos.

As OSCs não estão isentas de desigualdade de gênero nem de práticas discriminatórias. A questão da igualdade de gênero vai além da melhoria das condições de vida das mulheres em termos práticos. É também essencial que a desigualdade de poder entre homens e mulheres seja corrigida, combatendo leis, políticas e práticas discriminatórias. A participação

das mulheres por si só não é suficiente para garantir a defesa de seus direitos e necessidades nem a transformação da cultura das OSCs para que adotem o papel central da igualdade de gênero. É fundamental que as OSCs incluam explicitamente os direitos e as oportunidades de meninas e jovens mulheres. Isso inclui, na opinião de muitas OSCs, os direitos reprodutivos, para que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres sejam reconhecidos. Organizações e movimentos feministas são atores essenciais do desenvolvimento e têm sido importantes como força para o empoderamento das mulheres e a democratização.

Orientação

- a)** Integrar e adotar a igualdade de gênero e os direitos das mulheres nas práticas constitutivas das OSCs. A cultura organizacional deve considerar os tratados e acordos internacionais relevantes, especialmente a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW). Essa integração entre igualdade de gênero e direitos das mulheres deve estar refletida nas missões, políticas, diálogo com seus homólogos, adoção de uma abordagem de gênero na alocação de recursos humanos e financeiros e nos programas de fortalecimento das capacidades destinados à equipe e seus homólogos.
- b)** Colocar indicadores e análise de gênero, inclusive dados desagregados, nos planos de programas – garantindo que o planejamento, a implantação, a incidência política, o monitoramento e a avaliação das OSCs incluam uma abrangente análise de gênero – além de indicadores de igualdade de gênero e direitos das mulheres e meninas.
- c)** Investir em parcerias para aumentar as capacidades em igualdade de gênero e direitos das mulheres, incluindo apoio significativo a organizações e movimentos feministas. Deve-se incentivar a participação e o comprometimento de homens e meninos nesse processo.
- d)** Criar oportunidades de cooperação com base na política do diálogo multilateral para a promoção apropriada, e adequada ao contexto, de mudanças para garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, seu empoderamento econômico, aumentar seu papel de liderança e controle dos recursos produtivos e aumentar a participação política para colocar em pauta seus interesses estratégicos.

3. Dar ênfase ao empoderamento dos povos, à apropriação democrática e à participação

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... apoiam o empoderamento e a participação inclusiva dos povos para a expansão da apropriação democrática de políticas e o desenvolvimento de iniciativas que afetam sua vida, com especial atenção aos pobres e marginalizados.

O desenvolvimento será adequado e efetivo se for baseado nos direitos, nas prioridades e nos conhecimentos locais das populações afetadas, que são as principais partes interessadas no desenvolvimento. Ao trabalhar para promover os direitos humanos e a mudança positiva, as OSCs devem respeitar as tradições e a cultura das comunidades locais. As atividades de empoderamento de uma OSC desenvolvem as capacidades coletivas de homens e mulheres e sua apropriação democrática enquanto atores de sua comunidade e país, e, enquanto indivíduos que exigem seus direitos. Portanto, essas populações têm mais influência, poder decisório e recursos, o que lhes dá mais controle sobre fatores que determinam sua vida, sem violência. A apropriação democrática de políticas de desenvolvimento é de fundamental importância em situações de conflito e pós-conflito. Quando as OSCs colaboram com governos em iniciativas de desenvolvimento, elas buscam meios e resultados que propiciem a mulheres e homens um ambiente em que possam exigir e exercer seus direitos, sem deixar de proteger a autonomia e o espaço político de movimentos e organizações populares.

Orientação

- a)** Voltar o programa das OSCs ao empoderamento de mulheres e homens cuja vida é diretamente afetada pelas iniciativas de desenvolvimento. Deve-se dar prioridade à voz, propostas, preocupações e atividades de pessoas em situação de pobreza (dando especial atenção à inclusão das mulheres, meninas, povos indígenas, trabalhadores, portadores de necessidades especiais, imigrantes e populações deslocadas) e de movimentos sociais que representem as populações marginalizadas e em situação de desvantagem.
- b)** Promover abordagens participativas ascendentes (bottom-up) para um processo decisório local democrático e para aumentar a mobilização das partes interessadas e OSCs locais. Garantir que a voz das mulheres seja ouvida no processo de estabelecimento de prioridades para os programas nacionais e locais das OSCs.
- c)** Fortalecer a voz das mulheres e homens em situação de pobreza e marginalizados politicamente ao determinar, defender e monitorar políticas públicas de desenvolvimento, por meio do diálogo multilateral, e fortalecer as OSCs enquanto atores apartidários do desenvolvimento.
- d)** Tratar todos os participantes do processo de desenvolvimento com igualdade, independentemente da situação jurídica, etnia, orientação sexual, gênero, deficiências, escolaridade, situação econômica ou idade.
- e)** Sensibilizar a opinião pública de países doadores em relação à complexa realidade do

desenvolvimento. Trabalhar para o desenvolvimento significa ser solidário e acompanhar as populações afetadas nos países em desenvolvimento, e não determinar a mudança em seu nome.

f) Quando no papel de doador, investir no fortalecimento das capacidades e autodesenvolvimento sustentável das OSCs para viabilizar sua independência em áreas como governança, finanças, liderança em administração de programas e incidência política com outros atores do desenvolvimento. Mulheres e comunidades marginalizadas devem desempenhar papéis de liderança.

4. Promover a Sustentabilidade Ambiental

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... desenvolvem e adotam prioridades e abordagens que promovem a sustentabilidade ambiental para gerações presentes e futuras, o que inclui respostas rápidas a crises climáticas, dando especial atenção às condições socioeconômicas, culturais e indígenas propícias à integridade e justiça ecológica.

Os direitos humanos nas gerações presentes e futuras dependem dos caminhos e estratégias de desenvolvimento em que a sustentabilidade dentro dos limites da Terra seja a base para todas as ações. Todas as pessoas têm o direito a viver e trabalhar em um ambiente saudável e sustentável. Desafios ambientais complexos, como medidas urgentes para atenuar os impactos da mudança climática e para se adaptar a ela, exigem capacidades e habilidades que promovam ecossistemas sustentáveis, desenvolvimento humano e que incluam todas as populações afetadas. Para dar conta desses desafios, são necessárias soluções inovadoras e consciência ambiental. Tais soluções devem estar de acordo com os princípios da justiça ambiental e climática, da igualdade e da coerência política. Milhões de mulheres e homens, principalmente em países em desenvolvimento, sobre quem o impacto da degradação ambiental e mudança climática é maior, não são responsáveis pela situação que resultou no agravamento da crise ambiental e climática. As OSCs devem, explicitamente, dar prioridade às condições socioeconômicas locais e a abordagens culturais e indígenas para fortalecer o bem-estar, a biodiversidade e sustentabilidade em sua prática de desenvolvimento.

Orientação

a) Incorporar explicitamente questões de sustentabilidade ambiental nas políticas, práticas, planejamento de programa, processos de elaboração, de incidência política e comprometimento público das OSCs. Garantir integridade ambiental e ecológica de longo-prazo, ouvir e apoiar as partes interessadas locais e reconhecer os diferentes papéis de gênero no gerencia-

mento ambiental.

b) Desenvolver parcerias estratégias e colaboração entre OSCs ligadas a iniciativas ambientais e de desenvolvimento. Fortalecer a capacidade dos dois setores em promover e implantar o desenvolvimento ambiental e sustentável.

c) Promover e respeitar os direitos dos povos a viver e trabalhar em ambientes saudáveis, e apoiar a práticas ambientais das comunidades indígenas. As estratégias e ações nacionais de desenvolvimento e as responsabilidades ambientais individuais também devem ser consideradas.

d) Promover o direito a água, terra, alimentação, abrigo e o maior controle sobre o gerenciamento de recursos naturais por parte de populações em situação de pobreza e grupos marginalizados (ex. povos indígenas e mulheres trabalhadoras rurais). Sua participação ativa na governança ambiental e no processo decisório sobre gerenciamento de recursos naturais deve ser fomentada. Diálogos multissetoriais devem ser utilizados para garantir a prestação de contas do governo e do setor privado.

e) Influenciar políticas e implantar iniciativas adequadas ao contexto para reduzir os impactos negativos da mudança climática, da perda de biodiversidade e de todas as formas de degradação e contaminação ambiental (ex. água e terra). Condições socioeconômicas, culturais e indígenas para a justiça e a integridade ecológica, com base no conhecimento e nas experiências das populações afetadas, devem ser integradas às políticas e iniciativas.

5. Praticar a transparência e a prestação de contas

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... demonstram ter um compromisso organizacional com a transparência, prestação de contas e integridade no funcionamento interno.

Transparência, responsabilidade mútua, diversas formas de prestação de contas e práticas internas democráticas reforçam os valores de justiça social e igualdade de uma OSC. Transparência e prestação de contas geram confiança e aumentam sua legitimidade e credibilidade. A democratização da informação, o aumento e a melhoria de seu fluxo entre todas as partes interessadas, inclusive os atores políticos, fortalecem tanto a sociedade civil quanto a cultura democrática. Transparência é uma pré-condição essencial para uma OSC prestadora de contas e responsável.

A prestação de contas não deve se limitar aos relatórios contábeis, mas sim fortalecer tanto a integridade institucional quanto o reconhecimento público mútuo dos atores do desenvolvi-

mento, focando especialmente na prestação de contas junto a populações afetadas. OSCs comunitárias têm, muitas vezes, vantagens na implementação de processos de prestação de contas em nível local. A melhoria na transparência e na prestação de contas é, contudo, prejudicada e limitada pelos desafios encontrados por OSCs que vivem sob regimes e leis altamente repressivos, e em situação de conflito armado.

Orientação

a) Promover a prestação de contas e a transparência para aumentar a credibilidade e a visibilidade das OSCs.

b) Criar a base para diversas formas mútuas de prestação de contas por meio do fácil acesso do público a todos os documentos e políticas constitutivas, incluindo critérios utilizados na escolha de parceiros e relatórios contábeis e programáticos auditados regularmente. Esses relatórios devem, é claro, se adequar à natureza e à localização da organização e ter como base padrões legais e éticos comuns. O acesso às políticas e aos documentos não pode nunca colocar em risco a vida de alguém ou a existência de uma organização parceira.

c) Implantar práticas que contribuam para a prestação de contas múltipla e mútua por meio da reflexão aberta sobre relações de poder, da abertura a desafios e críticas, da garantia de recursos necessários e do estabelecimento de um marco para o diálogo constante que considere o gênero e seja igualitário e inclusivo. Deve-se também criar um mecanismo justo para lidar com ações arbitrárias e desrespeitosas.

d) Quando no papel de financiadores, fornecerem informação acessível sobre todas as organizações parceiras, inclusive fontes de financiamento, conforme o marco de transparência e da responsabilidade mútua. A privacidade e a confidencialidade de qualquer informação que possa por vidas ou alguma organização parceira em risco devem ser respeitadas. O acesso limitado a informações também pode ser estabelecido se solicitado pelas organizações afetadas desde que uma justificativa plausível seja dada.

e) Fornecer aos pedidos de informação feitos pelo público respostas oportunas, apropriadas e acessíveis, incluindo informações desagregadas de gênero. Sempre que possível, a informação deve ser dada nos idiomas apropriados.

f) Promover e praticar uma cultura transparente e democrática dentro da organização com liderança prestadora de contas e eficaz, com responsabilidades claramente estabelecidas, procedimentos operacionais transparentes, práticas éticas de gerenciamento de informação, políticas anticorrupção e demonstrar respeito pelo equilíbrio de gênero, pelas normas de di-

reitos humanos, integridade, honestidade e sinceridade.

6. Estabelecer parcerias igualitárias e solidárias

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... se comprometem a ter uma relação transparente com OSCs e outros atores do desenvolvimento, de maneira livre e igualitária, com base nos valores e objetivos compartilhados em relação ao desenvolvimento, no respeito mútuo, na confiança, na autonomia organizacional, no acompanhamento de longo-prazo, na solidariedade e cidadania global.

Parcerias eficazes entre OSCs, em toda a sua diversidade, são expressões de solidariedade social. Essas parcerias se fortalecerão por meio de esforços para instituir coordenação e colaboração igualitária e recíproca, com base em objetivos comuns acordados e em valores compartilhados. Em um espírito de aprendizado mútuo, tais parcerias geram experiência, know-how e apoio a OSCs e comunidades nos esforços que empreendem para lidar com questões que afetam diretamente o futuro das comunidades. As OSCs também promovem solidariedade e relações transnacionais entre os povos para a sensibilização da opinião pública e o envolvimento cidadão em todos os países. As parcerias eficazes entre OSCs exigem envolvimento em longo-prazo para negociar objetivos comuns e programáticos, com base na confiança, no respeito, na solidariedade e na liderança dos parceiros dos países em desenvolvimento.

Autonomia organizacional é essencial para a criação de parcerias igualitárias. Estas são resultado de atitudes e ações ponderadas, por parte de todos os parceiros, para fazer contrapeso à desigualdade de força, que é consequência do acesso desigual a recursos financeiros, das desigualdades estruturais e históricas, da desigualdade de gênero e exclusão da mulher e, às vezes, de grandes diferenças em relação a capacidades. O papel das OSCs é viabilizar, e não determinar, e é ampliar, e não substituir, a voz das OSCs de países em desenvolvimento enquanto atores.

Resultados perenes e compartilhados são alcançados por meio da colaboração respeitosa e da coordenação planejada com os diferentes atores de desenvolvimento, principalmente financiadores e governos. Porém, as OSCs são atores de pleno direito, e não instrumentos de doadores e governos. A base da coordenação deve ser o respeito mútuo, o acordo nos diferentes campos em que objetivos e estratégias de desenvolvimento são comuns, e a igualdade na definição dos termos de coordenação e coerência.

Orientação

- a) Definir, de forma explícita e clara, os termos e condições das parcerias em um “Acordo de Parceria”. As responsabilidades, contribuições, processos decisórios e mecanismos de prestação de contas devem estar claramente definidos por meio do diálogo respeitoso em um acordo estabelecido livremente. Uma distribuição apropriada de recursos financeiros é necessária para garantir o mútuo fortalecimento das organizações. A participação das mulheres e o respeito a elas e às suas necessidades estratégicas de gênero são cruciais para a definição dos termos e condições da parceria.
- b) Envolver todos os parceiros na elaboração de ações complementares, análise compartilhada, objetivos programáticos e monitoramento, em vez de contratos de projetos limitados. Investir e institucionalizar relações duradouras baseadas na liderança parceira, em estratégias de desenvolvimento apropriadas e levando em consideração o apoio institucional, a prestação de contas mútua, o diálogo para resolver as diferenças e participação de todas as partes interessadas na parceria.
- c) Quando no papel de doadores, determinar com as organizações parceiras os objetivos programáticos, as estratégias e o sistema administrativo, sempre que possível, e trabalhar para harmonizar suas demandas com as de outros doadores, com base no sistema de parcerias.
- d) Fortalecer a colaboração solidária e criar sinergias entre as OSCs, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Utilizar oportunidades e estruturas existentes, como plataformas, coalizões e redes, e estimular novas formas de colaboração e inclusão de outros atores do desenvolvimento, como os acadêmicos.
- e) Acordar e estabelecer mecanismos e condições para gestão permanente de riscos, monitoramento, avaliação, compartilhamento de informações e processos de coaprendizagem.
- f) Investir em atividades de sensibilização da opinião pública relacionando as questões e as situações locais com a realidade e as experiências dos parceiros, promovendo uma ação transnacional direta, além de uma compreensão mais subjetiva e profunda e um compromisso maior com a relação.

7. Criar e compartilhar conhecimento e se comprometer com a aprendizagem mútua

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... aperfeiçoam as formas de aprendizagem a partir das experiências, de outras OSCs e de outros atores do desenvolvimento, integrando a experiência de práticas de desenvolvimento e seus resultados,

incluindo o conhecimento e a sabedoria de comunidades nativas locais, fortalecendo a inovação e a sua visão do futuro que gostariam de ver.

Processos significativos de aprendizagem fornecem uma base indispensável para avaliar os impactos e resultados do desenvolvimento sustentável, além de viabilizarem sinergias entre diferentes atores do desenvolvimento. A aprendizagem para o desenvolvimento exige mecanismos eficazes de autorreflexão e compartilhamento mútuo de informação e conhecimento. A aprendizagem para o desenvolvimento inclui intercâmbios entre colegas, pares, voluntários das OSCs, entre populações afetadas e outros homólogos.

As OSCs são organizações que aprendem e devem fazer da criação, compartilhamento e implantação de conhecimento um componente-chave de suas estratégias e estilo de trabalho. Esta abordagem voltada para a aprendizagem deve ser autodefinida, contínua, coletiva, interativa, e baseada na participação, na abertura e na confiança. Processos de aprendizagem mútua podem ajudar a aumentar o respeito e o entendimento entre parceiros, principalmente no que diz respeito a conhecimentos locais, questões culturais, relações de gênero, valores, espiritualidade e diferentes formas de trabalho. Esse aprendizado só ocorre se o desequilíbrio de poder - que pode prejudicar a verdadeira aprendizagem mútua - for reconhecido e enfrentado. O fortalecimento das capacidades contribui para a aprendizagem institucional e é essencial para aumentar a eficácia das OSCs no desenvolvimento quando realizado de maneira adequada, direcionada e com recursos suficientes. Avaliações qualitativas regulares, e o trabalho junto a parceiros do desenvolvimento e partes interessadas são essenciais para a adaptação e o aperfeiçoamento de estratégias, prioridades e metodologias de trabalho na ação das OSCs para o desenvolvimento. No entanto, a aprendizagem organizacional deve ir além dos processos mais limitados de “gestão de resultados de curto-prazo”.

Orientação

- a)** Promover oportunidades e um ambiente propício à aprendizagem mútua sistemática e à troca com base na participação, na abertura e na confiança em atividades institucionais e programáticas dentro das organizações e entre elas. O que for aprendido deve nortear processos de tomada de decisão, pensamento e práticas organizacionais.
- b)** Criar métodos e ferramentas eticamente e profissionalmente responsáveis para recolhimento e compartilhamento de dados e informações confiáveis a partir dos quais o conhecimento de uma OSC é construído.
- c)** Estimular colaboração para o compartilhamento de conhecimento entre as OSCs por meio de redes, coalizões e diálogo multilateral para estimular a inovação, o fortalecimento das ca-

pacidades e melhorar o desempenho para o desenvolvimento.

d) Reconhecer e facilitar, nas iniciativas de desenvolvimento e no diálogo político das OSCs, o compartilhamento e a preservação do conhecimento nativo local, da sabedoria ancestral, e da espiritualidade, colocando em prática diferentes abordagens de desenvolvimento e de gestão de recursos naturais.

8. Comprometer-se a obter mudanças sustentáveis positivas

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... colaboram para obter resultados e impactos sustentáveis em suas ações de desenvolvimento, dando ênfase a resultados e condições duradouras para os povos, com especial atenção às populações marginalizadas e em situação de pobreza, garantindo um legado duradouro para gerações presentes e futuras.

As OSCs obtêm resultados de desenvolvimento sustentável quando estabelecem compromisso a longo-prazo, trabalham em parceria, empoderam comunidades e agem de maneira solidária com as populações afetadas. Uma mudança positiva no desenvolvimento também deve ser apoiada por outros atores do desenvolvimento e ter como foco as raízes da desigualdade, da pobreza e da marginalização. Em situações pós-conflito, as OSCs desempenham um papel importante nos esforços de restabelecimento da paz e reconstrução da nação. Nessas situações em que o papel e o alcance do Estado possam estar limitados, as OSCs contribuem de forma essencial e ocupam espaços importantes; porém, elas devem complementar e não substituir o Estado em suas responsabilidades. É de responsabilidade do Estado o fornecimento de bens públicos, como educação e saúde, e a prestação de contas. Porém, a capacidade do governo de fornecer bens públicos deve ser fortalecida.

As OSCs cujo trabalho é duradouro e de grande complexidade, reconhecem a importância da avaliação, da demonstração com provas e da comunicação do impacto e da sustentabilidade de seu trabalho. Mudanças sustentáveis no trabalho das OSCs demandam comprometimento com a igualdade de gênero em todos os aspectos da atividade de desenvolvimento. A avaliação da eficácia das contribuições feitas pelas OSCs para mudança social positiva, incluindo a conquista da igualdade de gênero, deve ser determinada de acordo com os homólogos locais e populações afetadas. A avaliação das OSCs deve também considerar os processos políticos e socioeconômicos mais amplos que viabilizam ou afetam negativamente a sustentabilidade dos resultados obtidos pelas OSCs, principalmente em situações de conflito e pós-conflito.

Orientações

- a) Fortalecer a colaboração e o diálogo político entre OSCs e demais stakeholders do desenvolvimento para maximizar impactos sustentáveis de atividades e ações de incidência política sobre objetivos compartilhados e acordados. As OSCs devem trabalhar com o governo para fortalecer o papel do Estado enquanto fornecedor de bens públicos e prestador de contas.
- b) Envolver o setor privado no desenvolvimento de programas, como iniciativas pelo desenvolvimento econômico que envolvam emprego e meios de vida, baseadas no respeito às normas de direitos humanos, na apropriação democrática, no trabalho decente e no desenvolvimento sustentável. Esses esforços devem concentrar-se na necessidade de meios de vida sustentáveis em áreas urbanas e rurais, na promoção da inclusão social e na criação de acesso a recursos, principalmente ao setor informal, para mulheres e segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade.
- c) Utilizar ferramentas participativas para planejar, monitorar e avaliar atividades de desenvolvimento, assim como a implantação de programas e ações de incidência política. Desenvolver as capacidades analíticas das equipes, voluntários e parceiros orientando-os a determinar e avaliar as condições para resultados sustentáveis perenes de desenvolvimento a longo-prazo para pessoas vivendo em situação de pobreza e populações marginalizadas.
- d) Melhorar as capacidades das OSCs por meio de programas abrangentes de fortalecimento das capacidades, abordando campos como parcerias igualitárias, incidência política, igualdade de gênero, networking, facilitação e avaliação de impacto.
- e) Fortalecer a sustentabilidade financeira e a independência das OSCs por meio da ampliação de sua base de financiamento, sempre que possível, com o intuito de reduzir a dependência da assistência condicional ou ligada à política.
- f) Mobilizar e educar as pessoas enquanto cidadãos globais melhorando a comunicação bidirecional com as homólogas e com a opinião pública sobre desenvolvimento justo e igualitário e a eficácia da contribuição das OSCs ao desenvolvimento.

3º CAPÍTULO: MECANISMOS PARA FORTALECER A PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS OSCs

A missão das OSCs é base da sua responsabilidade de prestar contas...

Todos os atores do desenvolvimento têm a responsabilidade de apresentar os resultados de suas intervenções e ações, principalmente às comunidades com as quais trabalham - as mais afetadas. As OSCs têm consciência e levam muito a sério esse dever, que está contido no quinto Princípio de Istambul: ser responsável e transparente em suas ações de desenvolvimento e resultados. Em se tratando de organizações da sociedade civil, a prestação de contas é estabelecida por seus regulamentos organizacionais e faz parte de suas ações enquanto agentes da mudança pelo bem público, dentro das comunidades e com os públicos interessados que apoiam seu trabalho. Essa responsabilidade é cumprida por meio da implantação de diversos mecanismos de prestação de contas, de acordo com diferentes contextos organizacionais e locais.

Enquanto atores do desenvolvimento, as OSCs têm apoio significativo da opinião pública e dos atores locais. A maior parte das OSCs possui normas exigentes de gestão e de ética. As OSCs também estão continuamente atendendo a demandas legítimas pela melhoria de suas práticas de prestação de contas e transparência. Isso tem sido feito por meio de uma supervisão mais severa por parte do Conselho Administrativo eleito, pelo diálogo contínuo e transparente com parceiros do programa, comunicação transparente com público interessado, relatórios de programa acessíveis e auditorias financeiras externas, respeito à supervisão governamental, e por meio de uma série de Códigos de Conduta e mecanismos de transparência. Esses mecanismos também devem levar em

consideração a natureza multidirecional da prestação de contas, tanto me países doadores quanto em desenvolvimento – principalmente às partes interessadas, mas também aos seus

Exemplos de iniciativas tomadas por OSCs para Prestação de contas e Transparência

- . ONGs pela Transparência e Prestação de contas (Colômbia), para aumentar a transparência das ONGs.
 - . A Carta da Prestação de Contas (mundial) assinada pelas maiores OSCs internacionais.
 - . NGO Aid Map (InterAction – EUA) uma plataforma virtual que mapeia as ações voltadas para segurança alimentar realizadas por OSCs em todo o mundo e questões humanitárias no Haiti.
 - . Código de Princípios Éticos e Normas para as ONGs (Comitê de Cooperação pelo Camboja (CCC), sistema de autocertificação para melhorar a governança das OSCs do Camboja.
- O “Guia de Implantação” do Fórum Aberto tem mais exemplos de fontes sobre mecanismos de prestação de contas e transparência.

pares, parceiros, público interessado e doadores do setor privado.

Por mais que as OSCs tenham práticas altamente rígidas de prestação de contas e transparência, esses esforços podem ser limitados por ambientes de trabalho difíceis em termos políticos.

Implantar mecanismos de prestação de contas em uma OSC pode ser um grande desafio quando os governos deixam de proteger os direitos fundamentais de populações marginalizadas e discriminadas têm de organizar, de participar da vida pública e de seguir sua trajetória desenvolvimento.

Os mecanismos de prestação de contas das OSCs têm muitas formas, incluindo as práticas menos formais, e muitas vezes, invisíveis, encontradas em OSCs comunitárias e pequenas. A One World Trust levantou e registrou diversos mecanismos voluntários de prestação de contas desde o âmbito local ao global (no Box, há exemplos de algumas iniciativas atuais de prestação de contas e transparência). Civicus, a maior rede mundial de OSCs, está realizando um importante programa plurianual (Legitimidade, Transparência e Prestação de Contas) para promover o aprendizado com os pares e o compartilhamento de conhecimento sobre boas práticas de prestação de contas e transparência.

Reconhecendo desafios para os mecanismos de prestação de contas...

As OSCs enfrentam muitos desafios práticos – tanto internos quanto externos – ao apresentar sua prestação de contas. Entre eles estão quantidade e diversidade de atores, abordagens que devem respeitar as parcerias igualitárias, a base voluntária de organizações e ações, resultados não-previstos por causa de ambientes políticos instáveis e os diversos aspectos das exigências (jurídicas, contratuais e éticas) da prestação de contas. Um único modelo de prestação de contas não serve para todas as situações nem para todos os tipos de organizações. As OSCs, portanto, acolhem e estimulam o compartilhamento de conhecimento adquirido na prática para melhorar abordagens práticas aos mecanismos que fortaleçam a prestação de contas das OSCs individual e coletivamente.

Os processos de prestação de contas das OSCs são muito mais do que ter registros financeiros auditados disponíveis. Para as OSCs, prestação de contas significa maximizar esforço para levar em consideração os pontos de vista dos povos em situação de pobreza. No entanto, os mecanismos de prestação de contas das OSCs encontram desafios práticos para medir as ações realizadas junto a comunidades de base, pessoas em situação de pobreza e outras populações afetadas. É comum OSCs trabalharem com diversas parcerias e em contextos nacionais diversos no que diz respeito a políticas e leis estabelecidas por doadores e governos

de países em desenvolvimento – ambientes desfavoráveis – que não facilitam uma prestação de contas forte.

Os Princípios de Istambul, uma vez que são princípios baseados em valores que norteiam a prestação de contas da eficácia da ajuda das OSC ao desenvolvimento, estão sujeitos a interpretação. Padrões adequados de prestação de contas em relação a esses princípios irão variar conforme o contexto e, às vezes, serão inerentemente difíceis de serem monitorados e definidos. Isso serve, em especial, para OSCs que trabalham em situações de conflito e pós-conflito.

Os mecanismos de prestação de contas das OSCs não devem se limitar aos diferentes resultados que possam ser medidos, mas devem incluir campos como incidência política e mobilização para mudança, para os quais a atribuição de resultados é sempre complexa.

As OSCs consideram a transparência máxima como sendo um critério fundamental para a prestação de contas. Mas as OSCs também devem lidar com desafios práticos para alcançar a total transparência, como tempo, custos, carga de trabalho, privacidade e proteção dos direitos dos parceiros e de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Implantação de padrões de transparência deve considerar os diversos contextos institucionais de OSCs – o porte da organização, a necessidade de melhorar o sistema organizacional, treinamento e fortalecimento das capacidades da equipe e de voluntários, melhoria de sistemas de auditoria e elaboração de relatórios, ou necessidade de recursos financeiros dedicados à avaliação e monitoramento. Para muitas OSCs de pequeno e médio porte, processos de associação (redes de OSCs, federações, confederações, etc.) podem ser ferramentas indispensáveis para atender essas demandas por meio de mecanismos coletivos de prestação de contas.

Fortalecendo os mecanismos de prestação de contas das OSCs...

As OSCs levam muito a sério seu dever, enquanto atores do desenvolvimento, de prestar contas a todos os atores-chave em diversos contextos nacionais. Portanto, enfatizam a importância fundamental de mecanismos de prestação de contas voluntários, e não impostos por “regulamentações” governamentais ou de outras OSCs. Dada a diversidade de OSCs no mundo, os mecanismos voluntários são a única forma de fornecer um marco para a melhoria das práticas das OSCs, com flexibilidade suficiente para preservar sua autonomia e independência.

Mecanismos voluntários confiáveis, por natureza, devem evoluir e se fortalecer com o tempo e conforme as circunstâncias, que estão em constante mudança. Porém, um elemento essencial é o comprometimento das OSCs em trabalhar sob rígidos padrões práticos para encontrar mecanismos inovadores que cumprem as exigências das diversas partes interessadas.

Boas práticas nos mecanismos de prestação de contas, orientação de como melhorar a prática de desenvolvimento das OSCs, e o diálogo das OSCs em nível nacional por meio do Fórum Aberto demonstram alguns novos caminhos. O Fórum Aberto recomenda alguns pontos-base para que os esforços das OSCs progridam e fortaleçam os mecanismos de prestação de contas:

1. Os Princípios de Istambul e a orientação contida neste Marco servem de base para padrões de prestação de contas. Contudo, mecanismos de prestação de contas devem tratar de questões de governança institucional mais abrangente.
2. Mecanismos voluntários devem deixar claro quem é o responsável, a quem ele é destinado e a que servem.
3. É melhor que mecanismos de prestação de contas autorregulatórios voluntários e as exigências específicas ao seu contexto sejam desenvolvidos com aqueles cujo trabalho será avaliado. As partes interessadas, quando possível, devem ser consultadas. Mecanismos de prestação de contas devem promover aprendizagem organizacional e medidas para lidar com desafios.
4. Códigos de conduta e mecanismos de prestação de contas devem ser acessíveis e significativos às partes interessadas. Para prestar contas e elas de maneira eficiente, a comunicação deve ser clara, acessível e relevante, além de respeitar o contexto local.
5. Flexibilidade de adaptação são características essenciais para a real aplicação de um mecanismo em condições diversas e frequentemente imprevisíveis.
6. Mecanismos devem propor um modelo de boa prática e não impor a uma OSC princípios e resultados que ela não adotaria para si própria.
7. Mecanismos existentes e experiências adquiridas devem ser usados para fortalecer a prestação de contas no âmbito nacional, especialmente por meio de associações de OSCs. No fortalecimento dos mecanismos de prestação de contas é importante demonstrar observância às normas, evitando sobreposições, duplicações e altos custos de transações.

4º CAPÍTULO: CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA A VIABILIZAÇÃO DA EFICÁCIA DAS OSCs NA AJUDA AO DESENVOLVIMENTO: POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E PRÁTICAS

Introdução

Apesar de as OSCs serem independentes e autônomas, elas não são atores do desenvolvimento trabalhando isoladamente. Suas capacidades de seguir princípios para a eficácia do desenvolvimento são afetadas pelas ações de outros atores do desenvolvimento.

As OSCs, uma vez que são atores do desenvolvimento, são profundamente afetadas pelo contexto em que trabalham. As políticas e práticas dos governos e órgãos financiadores de países em desenvolvimento afetam e determinam as capacidades das OSCs e suas atividades. Portanto, colocar em prática os Princípios de Istambul nas ações depende altamente de políticas governamentais favoráveis e de leis compatíveis com os Princípios de Istambul.

No Fórum de Acra de 2008, todos os financiadores e governos se comprometeram “trabalhar com as OSCs para criar um ambiente favorável que maximize suas contribuições ao desenvolvimento”. Mas desde então, muitas OSCs, tanto do norte quanto do sul, lidam com condições cada vez menos favoráveis ao seu trabalho. As OSCs pedem que todos os governos, inclusive órgãos financiadores, revejam juntamente com as OSCs em nível nacional, regional e mundial, as políticas at-

uais, leis e práticas que afetam suas ações de desenvolvimento. O respeito pelo trabalho das OSCs passa pelo oferecimento de uma ambiente favorável que garanta a total participação das OSCs em todas as etapas do processo de desenvolvimento, o que inclui a elaboração e o planejamento de planos e estratégias para o desenvolvimento.

Um “ambiente favorável” e “normas favoráveis”

O “ambiente favorável” é o contexto político e com políticas criadas pelos governos, órgãos financiadores e outros atores do desenvolvimento que afetam a maneira como o trabalho das OSCs será conduzido.

“Normas favoráveis” são o conjunto de boas práticas interrelacionas de governos e financiadores – nas áreas jurídica, reguladora, fiscal, informacional, política e cultural – que dão apoio à capacidade das OSCs enquanto atores do desenvolvimento de realizar processos de desenvolvimento de maneira eficaz e sustentável.

Priorizar a criação de um ambiente favorável à eficácia das OSCs na ajuda ao desenvolvimento...

A criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento é uma tarefa difícil. Todos os atores do desenvolvimento são afetados por diversas e duradouras crises econômicas, sociais, climáticas, nacionais ou mundiais, além das situações de conflito. As condições políticas também exercem influência. O espaço para atividades de desenvolvimento criadas por OSCs vem diminuindo, de maneiras diversas, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países doadores. Durante décadas, as OSCs vêm estabelecendo parcerias para maximizar seu impacto. Elas necessitam de ambientes em que sejam livres para escolher suas parcerias com base em prioridades acordadas entre as duas partes.

O setor privado é também um ator importante que afeta o desenvolvimento. É essencial que os mercados sejam fortalecidos e ofereçam trabalho decente para pessoas em situação de pobreza, inclusive aos trabalhadores do setor informal. As OSCs, no papel de atores do desenvolvimento, são afetadas pelas práticas dos atores do setor privado lucrativo, principalmente onde suas atividades prejudicam a promoção de meios de vida sustentáveis. Condições que viabilizam a eficácia das OSCs incluem um comprometimento declarado por parte dos atores do setor privado em trabalhar juntamente com outros atores do desenvolvimento por meio do diálogo social e de ações que levem à realização dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente e à redução da pobreza. Convenções e normas de direitos humanos, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental e trabalho digno devem ser respeitadas.

O Marco Internacional para a Eficácia das OSCs no Desenvolvimento estabelece princípios e orientações relevantes para as OSCs avaliarem e trabalharem para melhorar suas práticas. As OSCs se reuniram com governos e órgãos financiadores para discutir, a partir dos Princípios de Istambul, políticas que possam favorecer as atividades de desenvolvimento a alcançar seu potencial máximo. Governos e organizações multilaterais se comprometeram a fazer isso na Agenda de Acra para a Ação (AAA).

O Fórum Aberto, portanto, acolhe e incentiva o trabalho realizado pela Equipe Multilateral sobre a Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento, sobre a questão de Ambiente Favorável e as descobertas-chave para o 4º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, pois se tratam de contribuições positivas a partir das quais se pode construir e fortalecer condições favoráveis às OSCs

Os Princípios de Istambul para a Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento aprofundam os Princípios de Paris sobre a eficácia da ajuda...

A Agenda de Acra para Ação (2008) convidou as OSCs a “fazerem uma reflexão sobre como podem colocar em prática os princípios de Paris sobre eficácia da ajuda a partir de uma perspectiva das OSCs” [AAA, § 20]. Os Princípios de Istambul para a Eficácia da contribuição das OSCs ao Desenvolvimento aumenta o entendimento multilateral dos Princípios de Paris e o comprometimento com eles. Os Princípios de Istambul refletem, para as OSCs, o ponto central de uma apropriação ampla, democrática e inclusiva do desenvolvimento, considerada pela AAA como sendo crucial para que sejam atingidas as Metas do Milênio para o Desenvolvimento (MMD) e os compromissos da Declaração de Paris.

A elaboração dos Princípios de Istambul e o trabalho realizado pelo Fórum Aberto na busca de um diálogo multilateral demonstram a vontade das OSCs de priorizar e ampliar esforços coordenados entre todas as partes interessadas em um “compromisso compartilhado de vencer a pobreza” [AAA, § 20, § 32]. Porém, na ausência da criação de condições minimamente favoráveis por parte de doadores e governos, as OSCs terão dificuldade em colocar em prática os Princípios de Istambul. Todos os governos, enquanto signatários da Declaração de Paris e da AAA, deveriam trabalhar em parceria com todos os atores do desenvolvimento, inclusive as OSCs, para criar ambientes favoráveis a expandir seus compromissos com a eficácia da ajuda à eficácia do desenvolvimento.

Um ambiente favorável para a Eficácia da contribuição das OSCs ao desenvolvimento

1. Todos os governos devem cumprir suas obrigações em relação aos direitos humanos básicos das pessoas de se organizarem e participarem do desenvolvimento.

Em quase todos os países, as OSCs, sua equipe e voluntários estão vivenciando uma situação de vulnerabilidade política, financeira e institucional, resultante de mudanças em políticas e práticas restritivas adotadas pelos governos. As OSCs estão preocupadas com o impacto dessas políticas restritivas sobre o espaço democrático e jurídico das OSCs. Essa vulnerabilidade está exemplificada nas leis antiterrorismos, em sistemas públicos de financiamento e regulamentação mais restritivos e o exercício do poder por parte do governo para limitar atividade “política”, por vezes, reprimindo as OSCs e seus líderes por terem criticado políticas governamentais ou defenderem os direitos humanos. Algumas OSCs, principalmente da África, têm dificuldade em conseguir vistos a tempo de participarem de reuniões internacionais de troca de experiências entre OSCs ou reuniões de coordenação regional e mundial.

As OSCs continuam a se organizar e a trabalhar com governos e outras partes interessadas para fortalecer e contribuir com a governança democrática e inclusiva em atividades de desenvolvimento. Governo democrático requer leis e práticas que respeitem diversos princí-

pios ou normas básicas – pré-condições para uma sociedade civil sólida e eficaz¹. Isso inclui:

- > Liberdade de associação e de assembleia;
- > Reconhecimento jurídico, que facilita o trabalho das OSCs;
- > Direito à Liberdade de Expressão;
- > Liberdade de movimento, direito à mobilidade e o direito de viajar;
- > O direito de funcionar livremente sem a interferência injustificada do Estado; e
- > Espaço jurídico para buscar e assegurar os recursos necessários para apoiar seu papel legítimo no desenvolvimento.

O direito internacional determina que o poder público deve dar proteção a organizações da sociedade civil caso a integridade ou a vida de membros da sua equipe e colaboradores estejam ameaçadas.

As OSCs acolhem com satisfação a resolução tomada em 2010 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU relativa ao direito de associação e assembleia pacífica. As OSCs pedem que todos os governos colaborem com o Relator da ONU nomeado para monitorar esses direitos.

2. Prioridades de Governos Parceiros e Órgãos Financiadores

a) Reconhecer as OSCs enquanto atores do desenvolvimento de pleno direito

O reconhecimento pela AAA das OSCs enquanto atores de desenvolvimento de pleno direito [§ 20] foi um avanço significativo no reconhecimento das diversas contribuições das OSCs ao desenvolvimento. O fato das OSCs terem raízes na própria sociedade e, principalmente, estarem do lado das pessoas em situação de pobreza e de populações discriminadas, fazem delas atores essenciais do desenvolvimento. Os diversos papéis das OSCs no fornecimento complementar de serviços, na organização social e de mobilização da participação cidadã em todos os aspectos do processo de desenvolvimento devem ser expandidos e não limitados. Todos os governos devem afirmar e garantir a total participação das OSCs enquanto atores independentes do desenvolvimento de pleno direito e diferenciá-las dos demais atores, como o setor privado.

1-A organização e apresentação desses princípios são inspiradas nos “Princípios Internacionais de Proteção da Sociedade Civil”, em *Defendendo a Sociedade Civil*, Um Relatório do Movimento Mundial pela Democracia, Fevereiro de 2008, acessado no site www.wmd.org/projects/defending-civil-society. Esses direitos estão estabelecidos de acordo com o Convênio Internacional sobre Direitos Civil e Político (ICCPR) da ONU e outros tratados regionais e multilaterais.

b) Estruturar o diálogo democrático e as políticas para melhorar a eficácia do desenvolvimento

Governos de países doadores e em desenvolvimento devem oferecer condições para a participação inclusiva e significativa das OSCs no diálogo político em todos os níveis do desenvolvimento. As OSCs são promotoras e geradoras de conhecimento sobre desenvolvimento. E, principalmente, carregam as experiências e vozes de homens e mulheres, meninas e meninos que vivem em situação de pobreza e à margem dos processos de estabelecimento de prioridades e de políticas. Todos os atores devem trabalhar em parceria para fortalecer as capacidades de diálogo democrático para criar entendimento mútuo, confiança e conhecimento compartilhado.

Nos processos do Fórum Aberto, as OSCs registraram barreiras significativas ao diálogo político – que devem ser debatidas. Por meio de boas práticas, as OSCs identificaram condições-chave para reverter a situação:

1. Inclusão sistemática de diversos pontos de vista, principalmente os das organizações de base, de organizações de mulheres e de representantes de povos nativos;
2. Transparência e clareza de objetivo e processo;
3. Liberdade de acesso à informação, inclusive a estratégias e planos de programas;
4. Acesso à documentação na língua dos consultados;
5. Realização de consultas em momentos oportunos para influenciar decisões;
6. Reconhecimento da responsabilidade e contribuições de outros atores, principalmente parlamentares e autoridades locais; e
7. Recursos apropriados para a participação total das partes interessadas.

Governos e doadores devem assegurar que OSCs locais sejam consultadas no planejamento, elaboração e implantação de programas de desenvolvimento de um país.

c) Prestar contas de políticas de desenvolvimento transparentes e consistentes.

Governos devem colocar em prática princípios de boa governança, o que inclui total transparência e prestação de contas quanto a prioridades, estratégias, planos e ações de desenvolvi-

mento. Em seu papel de “vigilantes”, as OSCs podem garantir que o dinheiro público esteja sendo usados para maximizar o impacto sobre pobreza e crescimento igualitário. Da mesma maneira, órgãos financiadores devem adotar políticas transparentes e consistentes que definam o lugar e o papel das OSCs nos planos e estratégias dos doadores, o que inclui planos de implantação de programa em nível nacional.

d) Criar modos de financiamento favoráveis à eficácia da contribuição das OSCs para o desenvolvimento

Por definição, a relação estabelecida entre as OSCs e o doador é baseada no acesso a financiamento para o desenvolvimento. As práticas das OSCs quando nos papel de doadores enfrentam muitos desafios parecidos aos dos órgãos financiadores no que diz respeito à criação de parcerias igualitárias. Mas as OSCs também são afetadas e, às vezes, limitadas, pelas políticas e modalidades de financiamento de órgãos financiadores. A eficácia da contribuição das OSCs para o desenvolvimento será favorecida por meio da adoção de modalidades de financiamento com: 1) uma perspectiva orientada por resultados em longo-prazo, o que inclui apoio institucional essencial, com base na noção de que as OSCs fornecem bens-públicos, 2) resposta às iniciativas das OSCs, 3) abertura à diversidade de OSCs, o que inclui apoio às OSCs de diferentes tamanhos, 4) termos previsíveis, transparentes, facilmente inteligíveis e harmonizados, 5) intuito de promover a mobilização de recursos locais; e 6) apoio à variedade de programas e inovações das OCS, inclusive desenvolvimento de políticas e incidência.

Uma sociedade civil dinâmica, que defende as populações marginalizadas, é um bem público. Os governos deveriam reconhecer esse papel importante com apoio fiscal por meio de incentivos e outros mecanismos que garantam o contínuo funcionamento e a sustentabilidade dos atores da sociedade civil.

Progredir na elaboração de normas que forneçam uma ambiente favorável às OSCs...

A natureza multilateral e inclusiva da Equipe de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda ofereceu uma oportunidade única para a documentação de provas e a busca do diálogo por condições favoráveis à atuação das OSCs. O Fórum Aberto parabeniza o trabalho da Equipe Multilateral sobre Eficácia da Ajuda das OSCs ao Desenvolvimento e Ambiente Favorável e vê nas mensagens-chave para o 4º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, estabelecidas em março de 2011, uma grande e positiva contribuição para o fortalecimento de normas favoráveis às OSCs.

A Equipe Multilateral propôs normas importantes em cinco domínios-chave: 1) reconhecimento das OSCs enquanto atores do desenvolvimento de pleno direito, 2) criação de ambi-

entes favoráveis às OSCs com base nos direitos humanos, 3) aprofundamento dos modelos de apoio às OSCs implantados por doadores, 4) fortalecimento da eficácia da ajuda das OSCs ao desenvolvimento, e 5) garantia de prestação de contas e transparência. Essas normas vêm acompanhadas de recomendações, todas consistentes com o compromisso das OSCs de colocar em prática os Princípios de Istambul (ver Anexo 3 para mensagens-chave selecionadas). A plena implantação dos cinco princípios da Declaração de Paris e da Agenda de Acra para a Ação já impõe aos governos signatários a criação de condições favoráveis às OSCs. O Fórum Aberto de OSCs sobre a Eficácia da contribuição das OSCs ao Desenvolvimento pede que todos os signatários da Declaração de Paris cumpram totalmente suas obrigações. Esse Marco pode ser a base de um diálogo multilateral contínuo - em nível nacional, regional e mundial - que resulte em leis, políticas, e práticas que viabilizam a ação das OSCs enquanto atores do desenvolvimento.

5º CAPÍTULO: PRÓXIMOS PASSOS

O Fórum Aberto conduziu as OSCs em uma jornada mundial extraordinária de autorreflexão sobre identidade, papéis, e princípios para as OSCs enquanto atores eficazes do desenvolvimento. O resultado é um acordo mundial entre elas: o Marco Internacional para a Eficácia da contribuição das OSCs ao Desenvolvimento, adotado em sua totalidade por 240 representantes de OSCs de 70 países em Siem Reap, Camboja. Além do “Guia de Implantação”, o Marco fornece ferramentas necessárias às OSCs, onde quer que atuem, a ouvirem seu público interessado e a sociedade como um todo na criação de um mundo melhor e mais igualitário.

Todos os atores do desenvolvimento – OSCs, governos e doadores – são interdependentes e devem colaborar uns com os outros para efetivamente alcançar resultados no trabalho que conduzem junto a pessoas em situação de pobreza e populações marginalizadas. Eles compartilham do interesse em um setor dinâmico de OSCs.

As OSCs irão ao 4º Fórum de Alto Nível, em Busan, Coreia, (HLF-4) firmemente comprometidas a fortalecer o setor enquanto ator do desenvolvimento, norteadas pelos Princípios de Istambul. As OSCs pedem que todos os governos participantes do HLF-4 reconheçam o processo do Fórum Aberto e os Princípios de Istambul como bases essenciais para políticas de mobilização e apoio da sociedade civil no desenvolvimento.

As OSCs se comprometem a continuar as discussões sobre implantação e monitoramento dos Princípios de Istambul nos meses pós-HLF-4. Essas discussões ocorrerão em diversos níveis – nacional, setorial, organizacional (discussões em cada OSC sobre práticas de desenvolvimento, atividades de autoavaliação, e no diálogo com outras partes interessadas, incluindo

organizações representantes diretas de pessoas em situação de pobreza).

Todos os atores do desenvolvimento devem fazer grandes esforços para fortalecer sua prestação de contas e os objetivos estabelecidos internacionalmente, inclusive as Metas do Milênio para o Desenvolvimento, alinhados com os padrões internacionais de direitos humanos. Não há exceção para OSCs, que reconhecem sua responsabilidade em melhorar suas práticas de desenvolvimento. Sendo assim, as OSCs irão avaliar e aprimorar mecanismos de prestação de contas em relação a melhores práticas e experiência, sempre respeitando as particularidades nacionais para a aplicação dos Princípios de Istambul para a Eficácia da contribuição ao Desenvolvimento, além da autonomia e independência das OSCs enquanto atores do desenvolvimento.

As OSCs desejam que os governos de países em desenvolvimento, órgãos financiadores e instituições multilaterais se mobilizem para apoiar a implantação dos princípios da eficácia da contribuição das OSCs ao desenvolvimento e a enfrentar os desafios decorrentes dessa implantação. O Fórum Aberto acolhe a proposta feita pela Equipe Multilateral sobre Eficácia da contribuição das OSCs ao Desenvolvimento a manter o diálogo até o HLF-4 e depois dele, de modo que todos façam esforços coletivos e individuais para lidar com questões ligadas à eficácia da ajuda que fiquem em aberto.

Todos os atores do desenvolvimento devem continuar a trabalhar coletivamente para obter avanços em direitos humanos, igualdade de gênero e justiça social por meio de reformas na cooperação para o desenvolvimento. Este Marco Internacional pela Eficácia da contribuição das OSCs ao Desenvolvimento, e seus princípios, normas e orientações, é uma contribuição significativa das OSCs a essas reformas.

ANEXO 1:

Princípios de Istambul sobre Eficácia da contribuição das OSCs ao Desenvolvimento²

Organizações da sociedade civil são um elemento dinâmico e essencial na vida democrática de países ao redor do mundo. As OSCs colaboram com os povos em toda a sua diversidade e promovem seus direitos. A característica essencial das OSCs enquanto atores diferenciados do desenvolvimento (voluntária, diversa, apartidária, autônoma, não-violenta e que colabora para mudanças) é a base dos Princípios de Istambul para a Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento. Esses princípios norteiam o trabalho e as práticas das organizações da sociedade civil tanto em situações de paz quanto de conflito, em diferentes áreas de trabalho desde organizações de base até incidência política, em um continuum que vai da ajuda humanitária em situações de urgência ao desenvolvimento em longo prazo.

1. Respeito e promoção dos direitos humanos e da justiça social

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... desenvolvem e adotam estratégias, atividades e práticas que promovem os direitos humanos coletivos e individuais, inclusive o direito ao desenvolvimento, com dignidade, trabalho decente, justiça social e igualdade para todos os povos.

2. Defesa da igualdade de gênero e em prol dos direitos das mulheres

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... promovem e praticam a cooperação para o desenvolvimento defendendo a igualdade de gênero, refletindo a experiência e as questões das mulheres e apoiando seus esforços em prol de seus direitos coletivos e individuais de participar enquanto atores autônomos do processo de desenvolvimento.

3. Ênfase no empoderamento dos povos, na apropriação democrática e na participação

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... apoiam o empoderamento, a participação inclusiva dos povos e a expansão da apropriação democrática de políticas e iniciativas de desenvolvimento que afetam suas vidas, principalmente junto aos pobres e aos marginalizados.

4. Promoção da Sustentabilidade Ambiental

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... desenvolvem e estabelecem prioridades e abordagens para promover a sustentabilidade ambiental para as gerações presentes e futuras, incluindo respostas urgentes às crises climáticas, com atenção

²- Os Princípios de Istambul, conforme estabelecido na Assembleia Geral do Fórum Aberto em Istambul, de 28 a 30 de setembro de 2010, serviram de base para o Marco Internacional sobre Eficácia da Contribuição das OSCs ao Desenvolvimento, do Fórum Aberto. Esses princípios são aprofundados na 2ª versão deste Marco, que pode ser encontrada no site do Fórum Aberto: www.cso-effectiveness.org.

especial às condições sócio-econômicas, culturais e indígenas para a integridade e a justiça ecológica.

5. Prática da transparência e prestação de contas

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... demonstram comprometimento organizacional com transparência, prestação de contas, e integridade em seu funcionamento interno.

6. Busca por parcerias solidárias e igualitárias

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... são comprometidas com a criação de relações saudáveis com OSCs e demais atores do desenvolvimento, livre e igualitariamente, com base em valores e objetivos comuns, respeito mútuo, confiança, autonomia organizacional, acompanhamento em longo-prazo, solidariedade e cidadania global.

7. Criar e compartilhar conhecimento e comprometimento com o aprendizado mútuo

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... aprimoram as formas como aprender com a experiência, com outras OSCs e atores do desenvolvimento, integrando provas da prática e resultados obtidos no processo de desenvolvimento, incluindo o conhecimento e a sabedoria de comunidades locais e nativas, fortalecendo a inovação e a visão do futuro que gostariam de ver.

8. Comprometimento com a realização de mudanças sustentáveis e positivas

As OSCs são eficazes enquanto atores do desenvolvimento quando... colaboram para obter resultados sustentáveis e impactos das suas ações de desenvolvimento, com foco nos resultados e condições para mudanças duradouras para as populações, com especial atenção às marginalizadas e em situação de pobreza, garantindo um legado duradouro para gerações presentes e futuras.

Orientadas pelos Princípios de Istambul, as OSCs estão comprometidas com a realização de ações pró-ativas para aprimorarem e responderem inteiramente por suas práticas de desenvolvimento. Igualmente importante é adoção de políticas e práticas por parte de todos os atores. Por meio de ações que sigam esses princípios, os governos de países doadores e parceiros manifestam seu compromisso assumido na Agenda de Acra para Ação, segundo a qual eles “compartilham um interesse em garantir que as contribuições das OSCs ao desenvolvimento alcancem seu pleno potencial”. Todos os governos têm a obrigação de zelar pelos direitos humanos básicos, como o direito à associação, o direito à assembleia, e a liberdade de expressão. Juntas, essas são as pré-condições para um desenvolvimento eficaz.

Istambul, Turquia

29 de setembro de 2010

ANEXO 2:

Os papéis das OSCs no Desenvolvimento

As pessoas se unem para criar OSCs enquanto expressões voluntárias e sem-fins lucrativos do direito dos povos ao desenvolvimento por meio da associação voluntária. Elas são canais de solidariedade internacional, serviço e mobilização para fazer com que pessoas façam valer seus direitos de melhorar sua condição de vida e construir uma sociedade democrática. Por meio das OSCs, as pessoas expressam ativamente sua “cidadania” no que diz respeito à responsabilidade dos Estados e governos de respeitar, proteger e garantir os direitos humanos.

Sozinhas e em colaboração com outras OSCs e outros atores, as OSCs realizam ações na esfera do desenvolvimento para...

- a) A participação e o apoio direto a grupos e comunidades marginalizados e em situação de pobreza na autoajuda e inovação do desenvolvimento local.
- b) Fornecer serviços básicos e infraestruturas essenciais em nível local, especialmente na área de saúde, educação, água e saneamento básico, ao mesmo tempo em que empodera comunidades a reivindicar pelo seu direito a ter acesso a esses serviços.
- c) Empoderar comunidades de base marginalizadas e pessoas em situação de pobreza, especialmente mulheres, a reivindicar seus direitos por meio do fortalecimento inclusivo das capacidades e da mobilização social e da escuta das vozes das pessoas para democratizar o desenvolvimento local e nacional e a participação nas políticas públicas.
- d) Mobilizar comunidades, sociedade civil, setor privado, autoridades locais e outros atores do desenvolvimento a colaborar e buscar sinergias com base em prioridades e abordagens acordadas.
- e) Enriquecer a agenda das políticas públicas com o conhecimento, questões, perspectivas e propostas das OSCs que respeitam e são norteadas pelas virtudes espirituais presentes nos valores culturais, incluindo os direitos dos povos indígenas e suas noções de “bem-viver”.
- f) Monitorar políticas e práticas de desenvolvimento de governos e doadores por meio do desenvolvimento e pesquisa de políticas, do diálogo político e da facilitação da prestação de contas democrática junto a populações excluídas e marginalizadas, com base no conhecimento local.

g) Educar e ajudar ao fortalecimento dos valores de democracia, solidariedade e justiça social por meio do conhecimento, do compartilhamento de informações e da mobilização popular pela cidadania global.

h) Estimular o comprometimento voluntário nacional e internacional, tanto na criação e no apoio às OSCs e/ou contribuindo na sua vida organizacional e missão.

i) Arrecadar recursos financeiros e mobilizar recursos humanos para o desenvolvimento, incluindo formas de financiamento nacionais e locais duradouras em países em desenvolvimento.

j) Criar contatos e redes de OSCs dentro e entre sociedades civis para estimular a prestação de contas junto a populações quanto aos impactos positivos sobre os seus direitos e sua vida.

ANEXO 3:

Mensagens-chave selecionadas, Equipe Multilateral sobre Eficácia da Ajuda das OSCs ao Desenvolvimento

Entre suas dezessete mensagens, o Grupo de Trabalho chama todas as partes interessadas no desenvolvimento a:

1) Reafirmar as OSCs enquanto atores do desenvolvimento independentes de pleno direito e a importância do diálogo político plurilateral.

2) Comprometer-se com e promover um ambiente favorável às OSCs enquanto atores do desenvolvimento independentes, tanto na prática quanto na lei, pelo menos no que diz respeito a manter os compromissos com instrumentos internacionais e regionais que garantem os direitos fundamentais.

3) Garantir que os princípios da Declaração de Paris, inclusive apropriação e alinhamento, não sejam interpretados ou aplicados para limitar o ambiente favorável às OSCs.

4) (aos doadores) Implantar modelos de apoio que possam contribuir para a Eficácia das OSCs... por meio de políticas e exigências que sejam adequadas para promover o papel das OSCs enquanto atores do desenvolvimento de pleno direito, eficazes e independentes.

5) Reconhecer esforços e progressos alcançados no que diz respeito à prestação de contas das OSCs... estando elas cientes da necessidade do progresso contínuo e do comprometimento

com o fortalecimento dos mecanismos e normas de prestação de contas e transparência.

6) Estimular adoção e aplicação dos princípios de ajuda e eficácia do desenvolvimento conforme o contexto de cada país – isso inclui os Princípios de Istambul para a Eficácia da contribuição das OSCs ao desenvolvimento, as orientações e indicações que os acompanham, e os próprios esforços realizados pelas OSCs de implantar e monitorar essas ferramentas e normas autorreguladoras.

7) Reconhecer que todos atores do desenvolvimento têm a responsabilidade de prestar conta de seus esforços de desenvolvimento e ajuda, e da responsabilidade mútua de promover prestação de contas uns dos outros.

8) Estimular esforços por parte de todas as partes interessadas para aprimorar a transparência, respeitando as regras de acesso à informação, e escolhendo recursos e modalidades que não comprometam a continuidade das operações, a segurança das OSCs ou de indivíduos ligados a elas.